

TURQUIA

REPÚBLICA DA TURQUIA

Chefe de Estado:	Abdullah Gül
Chefe de Governo:	Recep Tayyip Erdoğan
Penal de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	73,6 milhões
Esperança média de vida:	74 anos
Taxa de mortalidade – menores de 5 anos:	20,3 por 1000
Taxa de literacia nos adultos:	90,8 por cento

As reformas constitucionais e outras reformas legais prometidas não se realizaram. Pelo contrário, o direito à liberdade de expressão foi ameaçado e os manifestantes enfrentaram cada vez mais violência policial. Milhares de processos julgados ao abrigo de leis antiterrorismo deficientes frequentemente não cumpriam os padrões de julgamento justo. Civis foram mortos em ataques à bomba. Não se registaram progressos no reconhecimento do direito à objeção de consciência ou na proteção dos direitos dos menores no sistema judicial. Continuaram a não estar consagrados na lei os direitos dos refugiados e requerentes de asilo e das pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transgênero. As medidas preventivas para combater a violência contra as mulheres continuaram a ser desadequadas.

Antecedentes

Em junho, o Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP) venceu as eleições parlamentares e foi novamente eleito para o governo. Nove candidatos eleitos pela oposição não puderam ocupar os seus lugares no Parlamento por serem alvo de processos judiciais ao abrigo das leis antiterrorismo: oito estavam a ser julgados e continuavam detidos, e um foi proibido de ocupar cargos públicos por ter sido condenado.

Em julho, o Comandante das Forças Armadas e os seus três generais mais graduados demitiram-se, ilustrando a continuação da tensão entre o Governo e as Forças Armadas. As demissões seguiram-se a uma vaga de detenções de militares no ativo e na reforma acusados de conspirar para derrubar o Governo.

Em setembro, a Turquia ratificou o Protocolo Opcional à Convenção contra a Tortura, abrindo caminho à monitorização independente dos locais de detenção. Contudo, até ao final do ano não tinha sido aprovada legislação para criar o necessário mecanismo nacional de implementação ou outros mecanismos preventivos prometidos, como um processo independente para investigar queixas contra a polícia ou o Gabinete do Provedor de Justiça.

No final do ano, a prometida versão provisória de Constituição ainda não estava disponível para discussão. As emendas constitucionais aprovadas em referendo durante a vigência do anterior Parlamento, com o objetivo de aproximar as leis sindicais dos padrões internacionais, ainda não tinham sido implementadas.

Aumentaram os confrontos armados entre o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) e as Forças Armadas. Em outubro, foi lançada uma intervenção militar em larga escala no norte do Iraque contra as bases do PKK, que deslocou centenas de civis das suas aldeias. Em dezembro, 35 civis foram mortos, a maior parte dos quais crianças, quando um avião militar turco bombardeou um grupo de civis no distrito de Uludere, junto à fronteira com o Iraque.

Em outubro, sismos abalaram a província oriental de Van, causando mais de 600 mortos. As autoridades foram criticadas pela lentidão da resposta à crise, que deixou milhares de pessoas desalojadas e expostas ao frio.

As autoridades turcas denunciaram as violações dos direitos humanos no Mediterrâneo Oriental. Em setembro, o Governo anunciou que ia contestar a legalidade do bloqueio naval a Gaza no Tribunal Internacional de Justiça. Um relatório da ONU à abordagem em maio de 2010 do navio turco *Mavi Marmara* concluiu que as forças de defesa de Israel usaram força excessiva na operação, que resultou na morte de nove cidadãos turcos. Em novembro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros anunciou a imposição de sanções à Síria devido à repressão continuada de manifestantes pacíficos.

Liberdade de expressão

Foi aberto um grande número de processos judiciais que ameaçavam o direito de indivíduos à liberdade de expressão. Em particular, jornalistas críticos, ativistas políticos curdos e outros corriam risco de julgamentos injustos por denunciarem a situação dos curdos na Turquia ou por criticarem as Forças Armadas. Além dos processos judiciais movidos ao abrigo de vários artigos do Código Penal, um grande número de casos que ameaçavam a liberdade de expressão foram movidos ao abrigo da legislação antiterrorismo (ver "Julgamentos injustos"). Continuaram as ameaças de violência contra críticos proeminentes. Em novembro, entraram em vigor novas regras que levantaram ainda mais preocupações relativamente à proibição arbitrária de sítios na internet.

■ Em fevereiro, o defensor dos direitos humanos Halil Savda viu confirmada a sua condenação por "alienar o público contra a instituição do serviço militar". Foi condenado a 100 dias de prisão por manifestar o seu apoio ao direito à objeção de consciência ao serviço militar. No final do ano estavam em curso dois outros processos judiciais sob a mesma acusação, e outra condenação encontrava-se pendente no Supremo Tribunal de Recurso.

■ Em março, Ahmet Şık e Nedim Şener, ambos jornalistas que investigaram alegados abusos dos direitos humanos cometidos por responsáveis governamentais, foram acusados de pertencer a uma organização terrorista. A sua detenção e a de outros seis jornalistas fez parte de uma operação policial contra a Ergenekon, uma alegada rede criminosa com ligações ao Exército e outras instituições estatais acusadas de conspirar para derrubar o Governo. Os artigos por eles escritos eram parte central das provas apresentadas no processo. No final do ano continuavam em prisão preventiva.

■ Em novembro, 44 pessoas, incluindo o editor Ragıp Zarakolu e a professora Büşra Ersanlı, foram detidas por alegadamente pertencerem à União das Comunidades do Curdistão (KCK), ligada ao PKK. Ragıp Zarakolu e Büşra Ersanlı foram interrogados sobre a sua participação em eventos organizados pela Academia Política do Partido da Paz e Democracia, um partido político reconhecido, e sobre o seu respetivo trabalho

editorial e acadêmico. Vagas adicionais de detenções em novembro e dezembro resultaram na prisão de 37 advogados e 36 jornalistas por suspeita de pertencerem ao KCK. No final do ano continuavam detidos.

■ Em junho, foram feitas ameaças de morte contra Baskın Oran e Etyen Mahçupyan, ambos jornalistas no jornal bilingue armênio/turco *Agos*. Desde 2004 que foram feitas ameaças semelhantes sem que ninguém tivesse sido levado a responder perante a justiça.

Tortura e outras formas de maus-tratos

Persistiram as alegações de tortura e outras formas de maus-tratos nas esquadras e prisões e durante as transferências de detidos para aqueles locais. A polícia usou rotineiramente violência excessiva durante manifestações, principalmente nos protestos que ocorreram antes e depois das eleições de junho. Em muitos casos, as manifestações tornaram-se violentas na sequência da intervenção policial e do uso de gás pimenta, canhões de água e balas de borracha. Em muitos casos, os meios de comunicação social registaram espancamentos com bastões de manifestantes por parte de agentes de forças de segurança.

■ Em maio e junho, manifestações na cidade de Hopa, na província de Artvin, no nordeste do país, deram origem a confrontos entre a polícia e manifestantes, nos quais um manifestante morreu e vários outros ficaram feridos. Metin Lokumcu morreu de ataque cardíaco após ter sido atingido por gás pimenta lançado pela polícia. Manifestantes que protestavam em Ancara contra o policiamento das manifestações de Hopa foram igualmente alvo de violência policial. Segundo a sua advogada, a manifestante Dilşat Aktaş foi espancada por cerca de 10 agentes da polícia, que a deixaram com a anca partida e impossibilitada de andar durante seis meses. A investigação criminal ao incidente ainda não estava concluída no final do ano. O alegado ataque dos agentes da polícia foi o segundo envolvendo Dilşat Aktaş. Em março, as câmaras de televisão registaram o momento em que foi esmurrada por um agente da polícia durante uma manifestação mas, mesmo assim, o procurador de Ancara decidiu não levar o caso a julgamento.

■ Em outubro, o recruta Uğur Kantar morreu no hospital, alegadamente como resultado de torturas infligidas por soldados quando se encontrava sob custódia militar no seu quartel, no norte do Chipre. Cinco oficiais, incluindo o diretor da prisão militar, foram indiciados pela sua morte. O processo judicial prosseguia no final do ano.

Impunidade

As investigações a alegados abusos dos direitos humanos cometidos por responsáveis estatais continuaram a ser ineficazes. Nos casos em que foram abertos processos criminais, as hipóteses de trazer perante a justiça os responsáveis continuaram a ser remotas. As contra-acusações continuaram a ser usadas como tática contra as pessoas que se queixavam dos abusos.

■ Em junho, o coronel Ali Öz e outros sete militares foram condenados por negligência, por não terem transmitido informações sobre o plano para assassinar o jornalista e defensor dos direitos humanos Hrant Dink, as quais podiam ter impedido o seu assassinato em 2007. Embora um Tribunal de Menores tivesse condenado em julho Ogün Samast pelo homicídio de Hrant Dink, persistiam dúvidas sobre se as

circunstâncias completas da sua morte, incluindo a possível cumplicidade de responsáveis estatais, seriam investigadas.

■ Não foi realizada qualquer investigação pública à morte em agosto de uma família de sete pessoas na região do Curdistão, no norte do Iraque, alegadamente como resultado de um ataque de um avião militar turco. Na altura, a Força Aérea Turca estava a levar a cabo ataques contra bases do PKK na região.

■ Em setembro, o Supremo Tribunal de Recurso anulou, por razões processuais, o importante veredicto de 2010 condenando guardas prisionais e outros responsáveis estatais pela morte sob custódia de Engin Çeber em outubro de 2008. A publicação por escrito do veredicto demorou mais de dois meses, complicando ainda mais os esforços para obter justiça em nome de Engin Çeber.

■ Em dezembro, um agente da polícia foi condenado por "homicídio negligente" na sequência da morte a tiro sob custódia do requerente de asilo Festus Okey em 2007. O tribunal recusou um pedido dos familiares da vítima para intervir no caso como "parte afetada", conforme previsto pela Lei turca. O juiz apresentou ainda queixa criminal contra ativistas que criticaram o julgamento e tentaram intervir no processo.

■ Em dezembro, um tribunal local recusou condenar a pena efetiva um agente da polícia que foi filmado em 2009 a perseguir e agredir repetidamente um manifestante menor na cabeça com a coronha da sua espingarda. S.T., de 14 anos, sofreu fraturas no crânio e esteve internado nos cuidados intensivos durante seis dias na sequência do ataque. O Tribunal reduziu a pena por considerar que as lesões foram acidentais e devidas às "condições na área". O agente foi condenado a seis meses com pena suspensa e continuou ao serviço.

Julgamentos injustos

Milhares de processos judiciais foram abertos durante o ano ao abrigo de leis antiterrorismo demasiado abrangentes e vagas, a maior parte dos quais por pertença a uma organização terrorista, processos esses que deram origem a abusos adicionais. Muitos dos visados eram ativistas políticos, entre os quais estudantes, jornalistas, escritores, advogados e académicos. Os procuradores interrogaram rotineiramente os suspeitos sobre condutas protegidas pelo direito à liberdade de expressão ou outros direitos internacionalmente garantidos. Outras falhas incluíam o recurso à detenção preventiva prolongada, durante a qual os advogados de defesa estavam impedidos de examinar as provas contra os seus clientes ou contestar efetivamente a legalidade da sua detenção devido às ordens de segredo que impediam o seu acesso aos respetivos processos.

■ No final do ano, o estudante universitário Cihan Kırmızıgül encontrava-se sob prisão preventiva há 22 meses, acusado de danos à propriedade e de pertencer a uma organização terrorista. O processo era baseado no facto de ele usar um lenço tradicional idêntico aos lenços usados por pessoas que alegadamente participaram numa manifestação em que foram atirados cocktails Molotov. Um agente da polícia identificou-o como estando no local, contradizendo os depoimentos de outros polícias. Apesar de o Procurador ter pedido a absolvição de Cihan Kırmızıgül por falta de provas, o juiz mandou prosseguir o processo e manteve-o em prisão preventiva.

Direitos das crianças

Continuaram os processos judiciais contra menores ao abrigo das leis antiterrorismo, incluindo por participação em manifestações, apesar das emendas legislativas introduzidas em 2010 para impedir que manifestantes menores fossem julgados ao abrigo destas leis. Embora o número de menores julgados tenha descido, muitos continuavam a ser detidos em prisões para adultos antes de serem transferidos para centros juvenis de detenção. Foram registados períodos de detenção sem acusação de até quatro dias, e menores continuavam a ser mantidos em detenção preventiva prolongada. Não foi resolvido o problema da inexistência de Tribunais de Menores em muitas províncias.

■ No final do ano, L.K., de 17 anos, encontrava-se em prisão preventiva há oito meses a aguardar a decisão do Supremo Tribunal de Recurso sobre qual o tribunal que tinha competência para o julgar.

Abusos cometidos por grupos armados

Ataques de grupos armados mataram e feriram civis.

■ A 20 de setembro, três civis foram mortos e outros 34 ficaram feridos num ataque à bomba numa movimentada zona comercial da capital, Ancara. Os Falcões da Liberdade do Curdistão (TAK) reivindicaram a responsabilidade pelo ataque.

■ No mesmo dia, quatro civis foram mortos num ataque do PKK que aparentemente teve como alvo polícias na província de Siirt, no sudeste do país.

Direito à habitação

Desalojamentos forçados violaram os direitos dos moradores à consulta, compensação e concessão de alojamento alternativo. Muitos dos afetados no contexto de projetos de renovação urbana faziam parte dos grupos mais pobres e vulneráveis, incluindo pessoas anteriormente desalojadas à força de aldeias no sudeste da Turquia. Em maio, o Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais da ONU tornou públicas as suas preocupações relacionadas com estes projetos.

■ No distrito de Tarlabaşı, em Istambul, dezenas de famílias foram desalojadas à força devido a um projeto de renovação urbana levado a cabo pelo município de Beyoğlu. As pessoas afetadas denunciaram terem ficado sem abrigo.

Prisioneiros de consciência – objetores de consciência

Não foram feitos progressos no reconhecimento pela lei nacional do direito à objeção de consciência ao serviço militar ou para acabar com o julgamento repetido de objetores de consciência pela sua recusa em cumprir o serviço militar. Em novembro, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem considerou, no âmbito do caso *Erçep v. Turquia*, que a recusa da Turquia em oferecer uma alternativa civil ao serviço militar constituía uma violação do direito à liberdade de pensamento, consciência e religião. Pessoas que apoiaram publicamente o direito à objeção de consciência continuaram a ser processadas judicialmente (ver "Liberdade de expressão").

■ O objetor de consciência İnan Süver permaneceu na prisão devido a múltiplas condenações pela sua recusa em cumprir o serviço militar até dezembro, quando saiu em liberdade condicional.

Refugiados e requerentes de asilo

O acesso a processos de asilo continuou a ser negado de forma arbitrária, levando a que pessoas fossem deportadas à força para países onde corriam risco de perseguição. As autoridades não introduziram a prometida legislação garantindo os direitos básicos dos refugiados e requerentes de asilo. A partir de maio, milhares de cidadãos sírios fugiram para a Turquia em busca de proteção da violência e dos abusos dos direitos humanos no seu país. Muitos deles foram alojados em campos de refugiados mas não tiveram acesso ao ACNUR, a Agência da ONU para os Refugiados, nem a processos de asilo. O seu acesso ao mundo exterior foi fortemente limitado, incluindo a capacidade de denunciar a situação dos direitos humanos na Síria. Houve relatos de que vários sírios foram sequestrados na Turquia e levados para a Síria para serem julgados.

Direitos das pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transgénero

Não foi resolvido o problema da discriminação com base na orientação sexual e identidade de género. Os ativistas dos direitos das pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transgénero (LGBT) continuaram a ser perseguidos pelas autoridades. Durante o ano de 2011, os grupos de defesa dos direitos LGBT registaram oito homicídios alegadamente relacionados com a orientação sexual ou identidade de género das vítimas.

■ Em novembro, três mulheres transgénero, todas membros do grupo LGBT Pembe Hayat (Vida Rosa), de Ancara, foram condenadas por "insultar agentes da polícia" e "resistência à autoridade". As acusações foram formalizadas depois de estas terem alegado que tinham sido detidas de forma arbitrária e maltratadas por agentes da polícia. Nenhum agente da polícia foi julgado pelo incidente.

Violência contra mulheres e raparigas

A Turquia ratificou a Convenção do Conselho da Europa sobre a prevenção e combate à violência contra mulheres e a violência doméstica. Contudo, os mecanismos preventivos nacionais continuaram a ser terrivelmente desadequados e o número de abrigos era bastante inferior ao exigido pela lei nacional.

■ Em outubro, o Supremo Tribunal de Recurso confirmou a redução da sentença de 26 homens condenados por violar uma rapariga que fora vendida para a prostituição com 12 anos, alegando que as relações sexuais foram "consentidas".

Visitas/Relatórios da Amnistia Internacional

☞ Delegados da Amnistia Internacional visitaram a Turquia em janeiro, março, abril, maio, junho, agosto, setembro, outubro e dezembro.

📄 "Not an illness nor a crime": Lesbian, gay, bisexual and transgender people in Turkey demand equality (EUR 44/001/2011)

📄 Human rights defender Halil Savda faces imprisonment again in Turkey (EUR 44/002/2011)

📄 Families facing forced eviction in Turkey (EUR 44/007/2011)

📄 Turkey: Attacks on civilians condemned (EUR 44/013/2011)

📄 Turkey: Activists alleging police ill-treatment convicted for "insulting police" (EUR 44/014/2011)

📄 Turkey: KCK arrests deepen freedom of expression concerns (EUR44/015/2011)

📄 Turkey: Supreme Court of Appeals overturns historic verdict in death in custody case (EUR 44/018/2011)